

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA № 09/2022

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, com início às nove horas e seis 1 2 minutos, foi realizada a Nona Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes (CD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A reunião foi realizada via 3 webconferência. A sessão foi presidida e convocada pelo reitor Júlio Xandro Heck; e secretariada 4 5 pela servidora secretaria executiva Cíntia Tavares Pires da Silva. Estiveram presentes os seguintes 6 membros do Colégio de Dirigentes: Júlio Xandro Heck, Reitor do IFRS; Tatiana Weber, Pró-reitora 7 de Administração; Amilton de Moura Figueiredo, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional; Larissa Bucco Brandelli, Pró-reitora adjunta de Ensino; Eduardo Girotto, Pró-reitor de Pesquisa, 8 9 Pós-graduação e Inovação; Marlova Benedetti, Pró-reitora de Extensão; Marc Emerim, Diretor de 10 Gestão de Pessoas; Fábio Azambuja Marçal, Diretor-geral do Campus Alvorada; Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, Diretor-geral do Campus Bento Gonçalves; Patrícia Nogueira Hübler, Diretora-11 geral do Campus Canoas; Eduardo Angonesi Predebon, Diretor-geral do Campus Erechim; Leandro 12 13 Lumbieri, Diretor-geral do Campus Farroupilha; Marcelo Lima Calixto, Diretor-geral do Campus 14 Feliz; Sandra Rejane Zorzo Peringer, Diretora-geral do Campus Ibirubá; Flávia Santos Twardowski Pinto, Diretora-geral Campus Osório; Fabrício Sobrosa Affeldt, Diretor-geral do Campus Porto 15 16 Alegre; Rudinei Müller, Diretor-geral do Campus Restinga; Alexandre Jesus da Silva Machado, 17 Diretor-geral do Campus Rio Grande; Fábio Zschornack, Representante da Diretora-geral do Campus Rolante; Odair José Spenthof, Diretor-geral do Campus Sertão; Gilberto Luiz Putti, Diretor-18 geral do Campus Vacaria; Daniel de Carli, Diretor-geral do Campus Avançado de Veranópolis; e 19 20 Alexander Ferreira, Representante do Diretor-geral do Campus Viamão. Também presentes na 21 reunião servidores da Proad (Reitoria) e os membros do Comitê de Administração (COAD) do IFRS: Alaor Ribeiro de Souza, Ana Paula Silva da Luz, Caroline Daiane Kulba, Cristiane Brauner, Éder 22 José Morari, Elisângela Batista Maciel, Fabiana Beal Pacheco, Grazielle Marin Leite, Jair Bruschi 23 Junior, Jane Marusa Nunes Luiz, Jorge Antonio Viel, Leandro Antonio Colombelli, Liana Ferreira da 24

Rosa Fernandes Vianna, Luísa Gil Almeida, Márcio Cristiano dos Santos, Milena Ivanoska da Rosa Soria, Rafael Kirchhof Ferret, Roberta Rigo de Aguiar, Rosane Fabris, Thiago Grassel dos Reis, e Walter Fernando Souza Ferreira. A reunião foi convocada com a seguinte pauta única: 1. Bloqueios Orçamentários. O reitor agradeceu a presença de todos, dos diretores-gerais substitutos, e também dos membros do Comitê de Administração. Primeiramente, o reitor apresentou os dois objetivos da reunião, a saber: o primeiro, apropriar os dirigentes e membros do COAD quanto a situação e crise orçamentária; e o segundo, a combinação de estratégias de ações e de reações a esse cenário, e a esse momento. Lembrou da importância de conversarmos e apresentarmos esse cenário da situação orçamentária junto as comunidades. Ele fez um breve histórico dos acontecimentos ocorridos entre os dias 30/11 (trinta de novembro) e 1º/12 (primeiro de dezembro) referente ao contexto da situação orçamentária, e que atingiu as 41 (quarenta e uma) instituições de ensino ligadas ao Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), bem como as 68 (sessenta e oito) Universidade Federais. Informou dois atos separados. O primeiro, foi um bloqueio de créditos financeiros, que nos impede o pagamento de tudo que foi executado e contratado efetivamente pelos nossos credores no mês de novembro, e também a assistência estudantil. Relatou que no IFRS, o impacto desse bloqueio de créditos financeiros foi de aproximadamente cinco milhões de reais. Anunciou a justificativa do Governo Federal de que a arrecadação no mês de novembro foi menor que a arrecadação esperada para o período. E o segundo ato, foi o bloqueio de crédito orçamentário, ou seja, o que teríamos até o dia 15/12 (quinze de dezembro) para fazer os devidos empenhos para gastos futuros, para as mais diversas ações (obras, processos em andamento, RDC, licitações, entre outras). Informou que nos foram retirados em torno de oito ponto quatro milhões de reais de recursos da Reitoria e dos campi. Lembrou que o motivo desse segundo bloqueio seria a Emenda Constitucional nº 95, referente ao teto de gastos fiscal, e que o Governo não pode passar desses valores. O reitor relatou que houve reações fortes do Conif e da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), e disse, que a impressa foi muito parceira nesse sentido para divulgar os problemas e a repercussão. Relatou o movimento que considerou mais importante, que foi uma reunião dos reitores do estado do Rio Grande do Sul com o Ministério Público Federal, em Porto Alegre, no dia 05 (cinco) de dezembro e que resultou em uma recomendação ao Ministério da Economia no dia 07 (sete) de dezembro. Também relatou uma reunião com a Defensoria Pública da União para defender os mais vulneráveis (no caso os nossos

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

estudantes) e também uma com o governador eleito Eduardo Leite para pedir apoio. Anunciou uma série de reações que resultaram em efeitos positivos. O primeiro, em 08 (oito) de dezembro houve a liberação de financeiro para pagamento da assistência estudantil. Informou também a quitação das bolsas de ensino, pesquisa e extensão que estavam pendentes e a prioridade foi o pagamento aos estudantes dos valores de novembro. Sobre soluções possíveis para o financeiro, o reitor relatou que seria a arrecadação na primeira semana de dezembro aumentar com a movimentação da economia do final do ano; e para o crédito orçamentário seria a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Transição, para que o Governo Federal possa liberar crédito orçamentário e que possamos fazer os empenhos. Anunciou uma promessa do governo em alterar a data de empenho para até 31 (trinta e um) de dezembro. Informou a votação da PEC entre hoje e a próxima terça-feira, em 20 (vinte) de dezembro. E disse que sendo aprovada a PEC, essa autorização para 23 (vinte e três) bilhões de reais em investimentos contemplaria a nossa instituição. Na sequência, o reitor Júlio convidou a pró-reitora de Administração, Tatiana Weber, para apresentar aos dirigentes todos os cenários possíveis e as nossas possíveis ações e soluções. Ele agradeceu o retorno de todos os dirigentes e diretores de Administração e Planejamento (DAPs) que se esforçaram celeremente para fornecer e colaborar com as informações institucionais necessárias para esse levantamento e para toda essa avaliação. A pró-reitora Tatiana Weber enfatizou que um dos principais motivos da reunião seria esclarecer as diferenças entre orçamento e financeiro. Falou que observou haver dúvidas nos campi nesse sentido, e ressaltou a importância desse esclarecimento para que todos não saíssem dessa reunião com dúvidas. Ela iniciou uma apresentação intitulada "Bloqueio orçamentário dezembro/2022" com a ordem cronológica dos acontecimentos sobre o bloqueio orçamentário: "segunda-feira (28/11) - MEC faz restrição na ordem de R\$ 122 milhões nos valores de empenhos das instituições; quarta-feira (30/11) – Governo Bolsonaro edita decreto para ajustar a programação orçamentária e autoriza o Ministério da Economia a ampliar e a rever os cronogramas das despesas do Governo Federal; quinta-feira (1º/12) – MEC desbloqueia os limites de empenho; Governo amplia o prazo para empenho das despesas já executadas ou com vencimento até o final do ano corrente para 31 de dezembro, exceto para as despesas discricionárias, que possuem um limite de empenho até 15/12; quintafeira (1º/12) à tarde – Os limites do chamado Financeiro foram zerados (tal fato impede o pagamento das despesas das unidades); quinta-feira (1º/12) à noite - Bloqueio total do orçamento discricionário (Obs.: O valor bloqueado agora sobe para R\$ 208 milhões, o equivalente a

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

8,16% da LOA de 2022. Somado ao corte de R\$ 184 milhões realizado em junho, as instituições já contabilizam um prejuízo de R\$ 392 milhões entre bloqueios e cancelamentos. "Em seguida, a próreitora Tatiana apresentou o que foi feito no Orçamento do IFRS após o bloqueio total: "No IFRS -Orçamento - segunda-feira (28/11) – MEC faz restrição na ordem de R\$ 122 milhões nos valores de empenhos das instituições; quarta-feira (30/11) — Governo Bolsonaro edita decreto para ajustar a programação orçamentária e autoriza o Ministério da Economia a ampliar e a rever os cronogramas das despesas do Governo Federal -----R\$ 2.722.907,32 - Estorno da totalidade do valor disponível na conta "limite orçamentário a utilizar"; quinta-feira (1º/12) à noite – Bloqueio total do orçamento discricionário — R\$ 8.355.849,00 – Bloqueio da totalidade do "crédito disponível" no IFRS em 30/11 (apenas discricionário)." Informou que na quarta-feira houve um contingenciamento e na quinta-feira à noite ocorreu o bloqueio de fato. Esclareceu que no IFRS foram bloqueados mais de oito milhões das despesas discricionárias, e o valor de conta negativa ocorre devido todos os empenhos feitos na última quinta-feira pela instituição. Continuando a sua apresentação, a professora Tatiana apresentou os cenários possíveis, e disse que o prazo para empenho será o dia 30 (trinta) de dezembro. Explicou que havendo a PEC da Transição, o bloqueio deverá ser revertido. Ela apresentou os possíveis cenários, a saber: "Possíveis cenários - Orçamento - Considerando que a data limite para empenho será alterada para 30/12 (informação da SPO, portaria deve sair hoje) — 1. O Bloqueio será revertido; 1. O Bloqueio não será revertido. Apresentou o cenário contexto da PEC 32/2022: Cenário 1 -Orçamento Bloqueio será revertido - Por que este cenário é possível? PEC 32/2022 (PEC da Transição) - Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 107 § 6º-B. Não se incluem no limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo as despesas com investimentos em montante que corresponda ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021. Abre possibilidade de ampliar as despesas do Orçamento de 2022 em R\$ 23 bilhões. "Observou ser esse primeiro cenário a melhor situação para o IFRS, mas que precisávamos aguardar a apreciação da PEC. Na sequência, a professora Tatiana apresentou um cenário sem o bloqueio revertido: "Cenário 2 - Orçamento Bloqueio não será revertido - Neste caso, precisaremos deixar a conta de "Crédito Disponível" zerada. Em 12/12/2022: Valor do bloqueio: R\$8.355.849,00; Crédito disponível nas unidades: R\$6.787.506,46 (Necessidade de devolução de todo

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

o saldo à reitoria); Ainda falta: R\$1.241.301,54 (Necessidade de anulação de empenhos neste valor)." Ela explicou que o valor do bloqueio é de R\$8.355.849,00; o que temos de crédito disponível sem bloqueio e que não empenhamos ainda é o valor de R\$6.787.506,46; e assim, temos negativo essa diferença no valor de R\$1.241.301,54, e, caso o bloqueio não seja revertido, ressaltou que precisaremos todo o crédito disponível e também anular todos os empenhos neste valor negativo. Insistiu que todos não empenhem nessa situação, e apenas as despesas do ano deverão estar empenhadas nesse cenário. Nesse caso, o saldo todo deverá voltar para a Reitoria. Anunciou as ações necessárias no Cenário 2: "Como proceder? Valor indicado como passível de anulação pelas unidades (em 13/12): R\$ 1.042.423,17 - Falta: R\$198.878,37 - PROAD seguirá monitorando e contatando as unidades para ajustes necessários. Em não havendo outra solução, solicitaremos anulação parcial do empenho de 2022 de energia elétrica - menor impacto. " Salientou que eram valores de hoje. Justificou que a anulação de empenho da conta energia elétrica ainda de 2022 foi escolhida pelos seguintes motivos: porque a fatura será apropriada somente em janeiro de 2023; é um contrato que não gera descontinuidade; e também para que todos procedam da mesma maneira e no mesmo contrato. Lembrou que estavam falando apenas do orçamento 2022, e caso não houvesse a reversão do bloqueio. Apresentou a "Proposta de encaminhamento (orçamento) -Iremos aquardar até 23/12/2022 (PEC da transição); Até lá, NENHUMA MOVIMENTAÇÃO DE EMPENHO (foi solicitado que os ajustes fossem realizados); Processos de licitação sequem normalmente; Caso haja reversão, não haverá necessidade de anulações e todos procedem normalmente com empenhos planejados (reitoria repassa AEEs e bolsas fomento interno vigentes para janeiro e fevereiro); Caso não haja reversão, as anulações podem ser realizadas até o encerramento do exercício - informaremos cronograma se necessário." Ressaltou a importância de não serem feitos empenhos nesse momento. Terminada a parte de Orçamento, a professora Tatiana abriu a palavra para esclarecimentos antes de continuar a sua exposição da parte do Financeiro. O reitor Júlio falou que antes da continuidade das discussões, ele gostaria de passar alguns números importantes sobre a nossa premissa fundamental que são os nossos estudantes. Ele informou que o IFRS paga todo mês 3.950 (três mil novecentos e cinquenta) estudantes beneficiários da assistência estudantil, e 935 (novecentos e trinta e cinco) estudantes que são bolsistas de ensino, pesquisa e extensão. Ressaltou ser inegociável essa premissa de priorização para os nossos estudantes. O reitor anunciou que a Gestão pactuou o objetivo de deixá-los preparados para o pior cenário, embora não seja o desejado. Falou da segunda premissa

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

fundamental de não pararmos os nossos processos e irmos até a homologação, pois muitas coisas estão acontecendo ao mesmo tempo, como a RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), e precisamos estar prontos para o melhor cenário também. Solicitou mais uma vez a prioridade dos nossos estudantes. Pediu motivação e empenho de todas as equipes nessa tarefa, e relatou a expectava positiva de reversão desse bloqueio, inclusive por parte do Conif. A pró-reitora Tatiana Weber lembrou a todos que as equipes de Financeiro e de Contabilidade não poderão fazer o recesso entre Natal e Ano Novo, pois precisaremos estar preparados para fazer os empenhos, e avisou que nos dois cenários teremos muito trabalho para a realização dessa tarefa. Todavia, observou que teremos que aguardar até o dia 23 (vinte e três) de dezembro. O reitor lembrou que para o ano de 2023 teremos o início de um novo orçamento, e não há riscos de não iniciarmos esse novo ano, porque não há efeitos para 2023. Enfatizou que podemos tranquilizar pais e estudantes de que a programação de início do ano de 2023 para o IFRS segue normalmente. Também observou que não estão em risco os salários dos servidores por ser uma despesa obrigatória. A pró-reitora Tatiana esclareceu que o impacto financeiro da folha de dezembro de 2022 ocorre em 2023, e é paga no dia 02 de janeiro; e o decreto de programação orçamentária vigente se extingue em 30/12, e um novo decreto de programação orçamentária somente é publicado trinta dias após a aprovação da LOA (Lei Orçamentária Anual). E caso não tenha sido aprovada a lei ainda, são feitas liberações proporcionais ao que está previsto no decreto de lei. Sobre emendas parlamentares, a professora Tatiana esclareceu que seguem os empenhos normalmente. Seguindo a exposição, a pró-reitora Tatiana Weber iniciou a apresentação da parte de Financeiro: "(quinta-feira (1º/12) à tarde – Os limites do chamado Financeiro foram zerados (tal fato impede o pagamento das despesas das unidades)) - Cenário Limite de Pagamento (financeiro) - Decreto 11.269 de 30/11/2022 (limite de pagamento MEC dez = nov); Portaria SETO/ME 10.395 de 06/12/2022 (amplia em R\$300Mi o limite de pagamento do MEC em dez); Portaria SETO/ME 10.504 de 08/12/2022 (amplia em R\$160Mi o limite de pagamento do MEC em dez); Em 08/12/2022 recebemos financeiro para pagamento de Assistência estudantil e bolsas Nenhuma perspectiva concreta de resolução. Despesas liquidadas a pagar em 13/12/2022: R\$ 4.656.530,86. "A professora Tatiana esclareceu que o financeiro é para pagar despesas liquidados, ou seja, para pagamento daquilo que o contratado já cumpriu ou já entregou. Observou que o mais grave é o que deveria ter sido pago em novembro e não ocorreu início de dezembro. Referente aos terceirizados, ela esclareceu que as empresas não têm argumentos para deixarem

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

de pagar os seus trabalhadores, pois eles têm essa obrigação em contrato, mesmo que não tenham sido pagos, inclusive com possibilidade de penalidades para a terceirizada. Ressaltou que o vínculo do trabalhador é com a empresa e não com o IFRS, mas eles têm obrigação no contrato e possuem recursos na rede bancária e com compensações de juros e encargos previstos. Observou que honraremos as nossas obrigações tão logo a situação seja restabelecida. O diretor-geral do Campus Sertão, Odair José Spenthof, parabenizou o trabalho realizado e os esclarecimentos feitos de forma muito clara; e questionou se por motivos de economia havia alguma orientação do Ministério da Educação no sentido de implantar um turno único no período de férias e início do ano por questões econômicas. O reitor esclareceu não haver nada previsto pelo Ministério da Economia até o momento nesse sentido e em termos econômicos, e por ora, falou que também não temos autorização legal para fazermos ou adotarmos um turno único de trabalho. Ele também anunciou que a PEC da Transição prevê para a Educação onze ponto dois bilhões de reais a mais, e disse que embora não saibamos como será feita essa distribuição pelo MEC, observou que isso constituía um alento para a área da Educação. O diretor-geral do Campus Alvorada, Fábio Azambuja Marçal, relatou que o impacto de não pagamento do auxílio no seu campus foi muito grande para os estudantes, inclusive inviabilizando o transporte para as aulas. E explanou que com a liberação do bloqueio, foi possível quitar o auxílio estudantil, e que hoje conseguiram pagar as bolsas de ensino, pesquisa e extensão. Questionou se a rubrica veio para pagamento de bolsas ou se veio como AE, e nós conseguimos um remanejo da AE para conseguimos fazer essa ação que foi muito importante. A professora Tatiana Weber esclareceu que a nota de crédito veio para atendimento de bolsas de assistência estudantil, mas constatando-se um valor acima do necessário e que o restante do valor era possível para pagamento das demais bolsas, foi feita rapidamente uma ação e entrou-se em contato com o MEC para formalizar uma alteração. Falou que a operação deu muito trabalho, e que foi inclusive contatado o diretor de financeiro do MEC para efetuarmos todos os pagamentos e fazermos esse remanejamento do recurso. Salientou importante explicar para o estudante e para o credor, que segue sem receber, que aquela liberação foi feita exclusiva para pagamento de estudantes, e que isso para nós é uma prioridade. A pró-reitora informou também que o valor de dezembro foi um pouco maior e naqueles campi que seguem com calendário letivo em janeiro, o estudante já recebeu antecipado proporcionalmente aos dias de aula. O reitor Júlio informou que todo o financeiro recebido pelo IFRS foi destinado para pagamento dos estudantes e não dos credores, mas todos serão devidamente pagos na sequência

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

211 amanhã ou depois de amanhã, o mais breve possível. Disse, que a nossa prioridade segue sendo os 212 estudantes, e é importante esclarecer isso para o credor. Não havendo mais questionamentos, o 213 reitor agradeceu a presença de todos dirigentes e membros do Coad na reunião, e ressaltou a 214 importância de pacificarmos os nossos entendimentos, de termos encaminhamentos comuns e com as mesmas tomadas de decisão, e buscando as melhores soluções. Agradecendo a presença 215 de todos, às dez horas e trinta e oito minutos, o reitor Júlio Xandro Heck declarou encerrada a 216 sessão. Nada mais a ser tratado, eu, Cíntia Tavares Pires da Silva, lavrei a presente ata, que após 217 lida e aprovada será assinada por mim e pelo presidente do Colégio de Dirigentes. Bento 218 219 Gonçalves, quatorze de dezembro de dois mil e vinte e dois.

Cíntia Tavares Pires da Silva Secretária do Colégio de Dirigentes do IFRS

Júlio Xandro Heck Reitor do IFRS - Presidente do Colégio de Dirigentes do IFRS

Tatiana Weber, Pró-reitora de Administração

Amilton de Moura Figueiredo, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Larissa Brandelli Bucco, Pró-reitora adjunta de Ensino

Eduardo Girotto, Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Marlova Benedetti, Pró-reitora de Extensão

Marc Emerim, Diretor de Gestão de Pessoas

Fábio Azambuja Marçal, Diretor-geral do Campus Alvorada

Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, Diretor-geral do Campus Bento Gonçalves

Patrícia Nogueira Hübler, Diretora-geral do Campus Canoas

Eduardo Angonesi Predebon, Diretor-geral do Campus Erechim

Leandro Lumbieri, Diretor-geral do Campus Farroupilha

Marcelo Lima Calixto, Diretor-geral do Campus Feliz

Sandra Rejane Zorzo Peringer, Diretora-geral do Campus Ibirubá

Flávia Santos Twardowski Pinto, Diretora-geral Campus Osório

Rudinei Müller, Diretor-geral do Campus Restinga

Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor-geral do Campus Rio Grande

Fábio Zschornack, Representante da Diretora-geral do Campus Rolante

Odair José Spenthof, Diretor-geral do *Campus* Sertão
Gilberto Luiz Putti, Diretor-geral do *Campus* Vacaria
Daniel de Carli, Diretor-geral do *Campus* Avançado de Veranópolis
Alexander Ferreira, Representante do Diretor-geral do *Campus* Viamão



FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 14/12/2022

ATA DE REUNIÃO COLÉGIO DE DIRIGENTES Nº 009/2022 - CONSUP-REI (11.01.01.01.05) (Nº do Documento: 10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/03/2023 11:46) CINTIA TAVARES PIRES DA SILVA

SECRETARIO - TITULAR CONSUP-REI (11.01.01.01.05) Matrícula: 1573513 (Assinado digitalmente em 30/03/2023 20:11) JULIO XANDRO HECK

REITOR - TITULAR IFRS / REI (11.01.01) Matrícula: 1342777

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://sig.ifrs.edu.br/documentos/ informando seu número: 10, ano: 2022, tipo: ATA DE REUNIÃO COLÉGIO DE DIRIGENTES, data de emissão: 30/03/2023 e o código de verificação: aec45c9402